

Roriz apela a Severino pela polícia do DF

Governador pedirá rapidez na votação de projeto que concede aumento

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE), têm encontro marcado para a próxima terça-feira, dia 14. Na pauta, de acordo com o deputado distrital João de Deus (PMDB), estará o aumento para as polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do DF.

A decisão foi tomada ontem, durante reunião na residência oficial de Águas Claras. O governador convidou o presidente da Câmara Legislativa, Fábio Barcellos (PFL), o deputado João de Deus e representantes das corporações para discutir uma solução relacionada ao Projeto de Lei 5.030/2005, que está emperrado no Congresso Nacional.

O projeto institui a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da polícia e do Corpo de Bombeiros Militar; altera a distribuição de quadros, postos e graduações destas corporações; dispõe sobre a remuneração das carreiras de delegado de polícia e de agente da Polícia Civil do DF.

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados no dia 8 de abril deste ano. Desde então, pouco avançou, já que a pauta daquela Casa está trancada por causa de seis medidas provisórias e dois projetos com urgência constitucional e com prazo vencido.

Na terça-feira passada, dia 8, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou por unanimidade o parecer do relator, o deputado federal Marcelo Barbieri (PMDB/SP). O projeto está pronto para ser votado no plenário da Câmara.

FUNDO - A expectativa do governador Joaquim Roriz é que o projeto seja votado até o fim do mês, antes do recesso parlamentar, em julho. Segundo o deputado João de Deus, os recursos para o aumento salarial dos policiais e dos bombeiros já existe. "O dinheiro está previsto no Fundo Constitucional do DF, só falta a aprovação do projeto para o governador anunciar o aumento", explica.

Segundo o porta-voz do GDF, Paulo Fona, depois de aprovado o projeto de lei, os policiais civis receberão o aumento de uma vez só, retroativo a fevereiro deste ano. O aumento incidirá sobre os vencimentos brutos dos policiais.

No caso dos militares, o reajuste virá em duas parcelas de 8,5%. Esse percentual também será retroativo a fevereiro e o segundo aumento ocorrerá em agosto. "O aumento deveria ter vindo por medida provisória, mas o governo federal resolveu transformar em projeto de lei. Esse é o motivo da demora", explicou Fona.